



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE FARIAS BRITO**

**ATA DA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA, VIRTUAL, DO PRIMEIRO  
PERÍODO DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA VIGÉSIMA PRIMEIRA  
LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE FARIAS BRITO-CE**

Às 09:00 horas (nove horas) do dia 24 (vinte e quatro) de fevereiro do ano de 2021 (dois mil e vinte e um), compareceram à sessão da Câmara Municipal os vereadores: **Antônio Bezerra Primo, Antônio Waltene F. De Alcântara, Edson ferreira Lima, Everton Oliveira Calixto, Cicero Porfírio da Silva, Flávio Jorge de Lima, Francisco Lourenço de Andrade, Heloísa Aurélio de Meneses Pereira, João Ferreira de Alencar, Manoel Domingos da Silva e Raul Franklin Carvalho de Souza.** Em nome de Deus e da democracia, o senhor presidente, Flávio Jorge de Lima, havendo número legal, declarou aberta a sessão ordinária virtual e indagou, de acordo com o art. 132 do Regimento Interno, se os vereadores pretendiam retificar a ata, previamente enviada por meio eletrônico. Não havendo retificação, a ata foi aprovada pelos vereadores. Em seguida, destacou a presença na sessão virtual do procurador do município, doutor Jerônimo Oliveira, e determinou a leitura do Expediente pelo secretário. Por problemas técnicos no áudio do secretário, vereador Professor Waltene, o presidente determinou que a servidora da casa fizesse a leitura do Ofício nº 084/2021, do Secretário de Administração e Finanças, que versa sobre auto de infração por multas previdenciárias. O vereador Edson Ferreira, pela ordem, pediu que, ao incluir um projeto como esse em pauta, a secretaria da casa disponibilizasse o documento para os vereadores, facilitando assim a leitura. O presidente disse que quando houver a necessidade de qualquer vereador por um documento, entrar em contato com a câmara para a casa imediatamente providenciar. O procurador do município explanou o objeto do ofício, que disse tratar de um procedimento especial de natureza fiscal e tributária, já que o município de Farias Brito buscava uma compensação tributária no âmbito do INSS, na gestão de Zé Maria, por entender que houve no passado recolhimentos superiores ao que era devido. A Receita Federal, ao saber dessa compensação, auditou os dados creditados e concluiu que esses valores eram inexistentes. A Receita então fez um auto de infração e penalizou o município pelos valores que deixaram de ser recolhidos e cobrou



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE FARIAS BRITO**

uma multa por o município alegar crédito tributário que não existia. O procurador falou que não foi uma falha da atual administração, explicou que a compensação foi realizada pela gestão passada, mas ressaltou que não estava afirmando que foi um erro dela. A vereadora Preta, que saudou a todos, disse que foi o município que provocou a Receita, administrativamente e judicialmente, sobre algumas verbas que não deveriam entrar nas contribuições previdenciárias por terem natureza indenizatória, conforme entendimento de vários tribunais. Diante disso, o município usou a prerrogativa de fazer compensação sobre esses valores. O ofício em questão, segundo ela, faz parte dessa “briga” do município com a previdência. A vereadora destacou que não existe qualquer bloqueio decorrente dessa notificação, nem do governo atual e nem do anterior, e se preocupou com informações equivocadas sobre a questão sendo veiculadas em redes sociais, o que prejudica o próprio governo. O procurador do município concordou em partes com a vereadora, mas discordou que o valor da multa seja de responsabilidade do município. Destacou que os valores cobrados pelo INSS aos municípios são perversos e destroem a capacidade de investimento dos municípios. Ressaltou que o vazamento de informações, caso haja, não está partindo do centro de orientação da nova gestão. Destacou que vai estudar, com a nova administração, um recurso para o auto de infração e, caso não dê para insistir no recurso, irá tentar um parcelamento da dívida tributária. A vereadora Preta agradeceu o procurador e disse concordar com ele. Doutor Jerônimo disse encarar sua posição no município com responsabilidade e lembrou das dificuldades com receita em todo Brasil, justificando que eventuais falhas em alguns serviços são consequência da diminuição da capacidade econômica do município. O presidente destacou que busca a transparência tentando sempre trazer um responsável para debater sobre as pautas. O vereador Julinho da Saúde, que saudou a todos, disse que gostaria de estar agradecendo ao gestor e aos secretários pelos bons serviços prestados ao município, mas disse que não pode fazer isso por enquanto. Já havia passado quase três meses da nova gestão e ele se deparou com muitas críticas, o que não é bom para o município. Citou o problema com a iluminação pública e disse que poderiam ser feitas ações emergenciais para começar a resolver o problema da troca de lâmpadas e lembrou que os munícipes não estão mais suportando os problemas com a limpeza pública. Falou que recebeu a informação de que a



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE FARIAS BRITO**

empresa responsável pela limpeza reduziu o quadro de funcionários, mas continua ganhando o mesmo valor do contrato. Ele recebeu a denúncia de que a empresa recontrata os mesmos funcionários para receber um valor menor do que um salário mínimo. A pessoa denunciante lhe disse estar ganhando 500 reais, e o vereador pediu providências ao prefeito e vereadores em relação a isso, se necessário até encerrando o contrato com a empresa. O vereador também recebeu informações de que o fornecimento de água no sítio Umari está suspenso por falta de pagamento da conta de energia. Fez um pedido para que a nova administração olhe para o futuro, não colocando a culpa dos problemas na gestão passada. Denunciou que lhe passaram a informação de que há servidores, como exemplo motorista, que não estão recebendo o salário completo. Em relação ao débito com o INSS, cobrou se os extratos da DCTF (Declaração de Débitos e e Créditos Tributários Federais) estavam sendo enviados. Disse que há alguém dentro da administração atrapalhando a própria gestão. Disse que está na hora do gestor pisar firme e decidir o que quer para o município, para não ser prejudicado por um grupo pequeno durante os quatro anos, trocando alguns responsáveis por problemas, se preciso. O procurador do município disse que defende a atuação da oposição, pois o vereador tem a função de fiscalizar, desde que o faça de forma responsável, comedida e razoável. Destacou que a essência da atividade de um parlamentar é a fala, mas que ele também deve apresentar ações cabíveis, para o município em momento oportuno se defender. De antemão o procurador disse que a contabilidade não tem feito nenhum erro, está cumprindo todas as determinações e regulamentos. E destacou que não se deve atribuir o resultado de uma ação administrativa a uma gestão que não fez parte dela. O vereador Julinho da Saúde destacou que já foram tomadas providências e que cabe à empresa agora dar explicações. O procurador indagou se o vereador tinha exata certeza de que foi diminuído o quadro de funcionários da empresa e que o valor do contrato tinha continuado o mesmo. O vereador disse que está repassando informações recebidas. O procurador destacou que seria bom que toda denúncia grave fosse feita de forma formal, pois quem acusa assume a responsabilidade sobre o que está acusando, segundo princípio do direito. O vereador disse que recebe várias ligações diárias (com denúncias) de quem não quer se identificar. O procurador reiterou o problema de se fazer uma acusação grave sem verificação dos fatos. O vereador falou que



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE FARIAS BRITO**

irá tentar apurar as informações, mas que tinha que trazer essas questões do povo de Farias Brito. O presidente lembrou que, após requerido, imediatamente enviou para a empresa responsável pelo lixo um pedido de esclarecimento por parte do responsável, e que o mesmo se sentará com os vereadores para trazer as devidas informações. O vereador Raul da Serra, que saudou a todos, absteve-se de falar sobre a questão previdenciária por falta de clareza e falou que vai pedir mais informações com o procurador para futuramente discutir sobre o assunto. Sobre a iluminação pública, disse que estão faltando EPIs. Destacou que o gestor não está devendo 3000 mil reais de água relacionados ao abastecimento do Umari, pois a abrigação da prestação de serviço é da SISAR. Esclareceu que há um trâmite, que deve ser por um projeto de lei, para regularizar a água que é concedida por um terceiro ao Umari, pois o fornecimento pelo SISAR não está sendo suficiente. O vereador Julinho da Saúde disse que o pagamento devido, segundo lhe informaram, foi referente a um acordo entre a gestão e um morador que está fornecendo água e a falta do pagamento fez com que o fornecimento fosse cortado. O vereador Raul da Serra pediu mais especificações sobre as denúncias e disse estar em constante conversa com a comunidade. Falou também que o vereador Julinho não tem o real conhecimento da situação e pediu para ele se inteirar, pois já foi feita indicação, por ele, para um projeto de lei do executivo para regularizar a situação. O presidente destacou a importância de se resolver da melhor maneira, mais legal possível, a situação. O vereador Deir da Catingueira, que saudou a todos, falou que denúncias devem ser apuradas. Citou algumas denúncias que chegaram a ele, que posteriormente descobriu que eram mentiras, após apurar. Desejou que todas essas tempestades sejam resolvidas da melhor maneira possível para que se tenha uma administração elogiável como no passado. Citou que, politicamente, tem gente que deseja que a gestão não dê certo, mas que ele torce para que tudo dê certo, cobrando na hora certa, quando necessário. Pediu um pouco de paciência, pois o gestor assumiu uma tarefa difícil. O vereador Professor Waltene, que saudou a todos, disse que não se deve responsabilizar a quem não tem a responsabilidade e perguntou ao doutor Jerônimo se existe um responsável pela geração da dívida junto ao INSS e quem seria esse responsável. O procurador respondeu que o procedimento para compensação foi inaugurado pelo ex-prefeito Zé Maria. Então o fato gerador da multa, o questionamento improcedente dos créditos, em tese é de



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE FARIAS BRITO**

responsabilidade de quem fez esse questionamento. O vereador Deir da Catingueira perguntou ao doutor Jerônimo se quem sofreria com essa responsabilização não seria o município, na atual gestão. O procurador falou que a responsabilidade dos débitos a princípio é do município, mas em virtude da natureza de uma ou de outra ação, a administração pode, se julgar necessário, buscar do ex-gestor algum ressarcimento. O vereador Edson Ferreira, que saudou a todos, disse ser importante trazer a discussão sobre a questão previdenciária para deixar os vereadores a par da situação fiscal, não para fazer revanchismo político. Destacou que o processo ainda cabe recurso, pois é uma decisão em primeira instância, e o município deve estudar a melhor forma para proceder, planejando os impactos que a decisão pode causar às contas públicas. Entende não caber nenhuma ação por enquanto por parte da Câmara. Questionou ao procurador como anda o processo judicial referente a essa questão. O procurador disse que a partir de hoje até o fim da semana irá se debruçar sobre o projeto, já que não tem como ter acesso ainda, pois esteve ocupado em cumprir alguns prazos. O vereador Edson Ferreira disse que a atual gestão deve dialogar com a anterior para ver o fundamento da tese do recurso, destacando que algumas questões são burocráticas. Disse que eles devem tentar minimizar esse prejuízo ao município. Destacou a presença do procurador e a transparência do governo em comunicar os problemas fiscais, tributários e administrativos. Ressaltou que o poder do legislador é fazer denúncia, mas que ela deve ter uma apuração prévia dos fatos para não se ter oposição por oposição. Sugeriu que quando um vereador faça uma denúncia que ele traga ao menos indícios suficientes que a fundamentem. Doutor Jerônimo destacou que quando era oposição já ressaltava a preocupação com um vereador fazer apuração mínima antes de uma denúncia, para que os agentes públicos não gastem energia com fatos que não são concretos. O vereador Chicão da Canabrava, que saudou a todos, disse querer dar oportunidade para o gestor trabalhar para o bem do povo. Pediu que o procurador do município ajudasse, pela competência, na administração da cidade. O procurador disse ter respeito e admiração pelo vereador e destacou o dever de falar a verdade. Destacou que quando disse que o problema aconteceu na gestão de Zé Maria, não quis dizer que o mesmo agiu de má fé. Reiterou que o INSS “suga o sangue” dos municípios, com altas taxas que dificultam os investimentos. Disse que a única forma, a médio prazo, do município se livrar



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE FARIAS BRITO**

da despesa que sacrifica as contas do município é criar um instituto de previdência próprio, mas essa discussão não foi sequer iniciada e que cabe ao senhor prefeito e aos senhores vereadores. O vereador Edson destacou que há problemas com a coleta de lixo, mas que os vereadores estão tentando resolvê-los. Citou uma denúncia sobre um buraco no Sítio Cajueiro, mas falou que são problemas que vêm de muito tempo atrás e estão sendo resolvidos. Sobre o abastecimento de água, falou que a responsabilidade com as tarifas é da SISAR com a associação dos moradores, e se existia uma relação entre a associação e a prefeitura, isso deve ser melhor esclarecido. Destacou que o debate sobre a questão do abastecimento deve ser mais amplo, para todas as comunidades. Concluiu dizendo que vem trabalhando com o vereador Professor Waltene para viabilizar o abastecimento do Sítio Caiçara e do Sítio Cipó. O vereador João Camilo, que saudou a todos, perguntou ao doutor Jerônimo sobre a situação do pagamento dos servidores, já que em alguns veículos de informação circulam questionamentos sobre isso. O procurador disse que o pagamento está provisionado e, a não ser que o algo extraordinário aconteça, ele irá acontecer. Aproveitou para dizer que a informação veiculada não condiz com a realidade e que ela foi infeliz. O vereador Cícero Porfírio, que saudou a todos, requereu que o presidente agilizasse um ofício ao secretário de infraestrutura para executar o Projeto de Lei 005/2020, que denomina de Antônio Israel Fernandes de Oliveira quadra poliesportiva do Multirão. Pediu que o mesmo seja feito em relação ao Projeto de Lei 008/2020 que denomina de Antonio Clemente da Silva a quadra poliesportiva da Vila Lamaju e ao Projeto de Lei 007/2020, que denomina de Regina Adelina Gomes praça no centro de Lamaju, e outra praça, ao lado da igreja, de Geraldina Gomes da Silva. O presidente disse que irá agilizar o pedido do vereador. O vereador Edson Ferreira, pela ordem, levantou uma preocupação com a anulação de alguma sessão virtual devido à problemas técnicos que geram ruídos nos processos de discussão e votação. O presidente disse que essa é uma preocupação de outros presidentes de câmaras do Estado e que tomará providências para que as sessões possam voltar a ser presenciais. O procurador do município agradeceu o convite e a paciência e compreensão de todos os vereadores. Dando prosseguimento aos trabalhos, o presidente determinou à funcionária da casa fazer a leitura do Parecer N° 003/2021, da Comissão Permanente, sobre o Projeto de Lei N° 004/2021, de autoria da



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE FARIAS BRITO**

mesa diretora, que dispõe sobre o reajuste dos servidores do poder legislativo municipal e adota outras providências. O Parecer favorável ao Projeto de Lei foi colocado em votação e foi aprovado por unanimidade. Em seguida o secretário, vereador Professor Waltene, fez a leitura do requerimento N° 008/2021, do vereador Raul da Serra, que requer que seja solicitado ao secretário de infraestrutura que ele destine uma equipe de funcionários para reparação do calçamento do Sítio Tabuleiro. O vereador Raul da Serra pediu agilidade por parte da secretaria responsável, pois o calçamento vai evitar acidentes. O requerimento foi colocado em votação e foi aprovado por unanimidade. Em seguida, a servidora da casa fez a leitura do Parecer 004/2021, da Comissão Permanente, sobre o Projeto de Lei N° 003/2021, de autoria do Chefe do Poder Executivo, que dispõe sobre a revitalização feita no Brasão Oficial do Município, altera a lei nº 016/78 e adota outras providências. O vereador Julinho da Saúde destacou que as alterações no brasão foram importantes pois incluíram o amado rio Carius e a amada Serra do Quincucá no símbolo. O parecer favorável ao projeto foi colocado em votação e aprovado por unanimidade pelos vereadores. Em seguida, o secretário fez a leitura da Indicação 006/2021, de autoria do vereador Raul da Serra, para que se tome providências a respeito do abastecimento de água da Vila Umari e Serra do Padre Cícero. O vereador Raul da Serra explicou que a água do SISAR não está dando para abastecer as duas comunidades e um terceiro está cedendo a água de um poço privado, que não tem ligação direta com o SISAR. Explicou que a indicação é para que haja uma forma legal para o gestor repassar os valores para suprir o pagamento da água que é disponibilizada por um terceiro, para que a situação não fique irregular. O vereador Chicão da Canabrava lembrou que o Sítio Souza tem 132 casas com água encanada há mais de 15 anos e que a SISAR tem a obrigação de cavar um poço para atender à demanda de água, pois é um serviço pago. O vereador Raul da Serra disse que a SISAR cavou vários poços e não achou água na região do Umari. Explicou que o particular que disponibilizou o poço para jogar na rede da SISAR está cobrando a taxa para a energia que utiliza para fazer esse trabalho. O vereador Chicão disse que é obrigação da SISAR disponibilizar a água. O vereador Edson Ferreira lembrou que a SISAR é um sistema de gestão do sistema, tendo limitações de recursos para fazer algumas obras. Sugeriu aos vereadores para que eles façam um levantamento sobre os problemas de abastecimento para

7



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE FARIAS BRITO**

marcarem uma audiência com o SISAR. Também têm que ver se todos os abastecimentos em Farias Brito estão regulamentados. O vereador Professor Waltene perguntou ao vereador Raul da Serra se a água é para suprir uma carência que a SISAR não dá de conta e vai ser utilizada na velha tubulação da SISAR, se ao passar pelos medidores irá gerar ônus ao usuário. Indagou como será feito o controle do que seria pago. O vereador Raul respondeu que a SISAR só poderia se responsabilizar se o particular fizesse a doação do poço para a SISAR. Disse que está sendo proposta a medida para que o município pague os custos do terceiro até que a SISAR solucione esse problema (conseguir encontrar novos poços). O vereador Deir da catíngueira falou que a SISAR sempre faz as coisas de forma cooperativa, com parcerias, destacando que a SISAR está mais envolvida com a parte da administração e assistência. O vereador disse que se um posto é de terceiro, a SISAR não assume a responsabilidade. A vereadora Preta lembrou que a SISAR não faz investimento e que para essa situação os últimos dois meses foram pagos pelo ex-prefeito, de sua conta corrente. Sugeriu que no futuro poderia se colocar no agrupamento do município essa conta, para não ser repassado para a comunidade. Destacou que não vai ter documentação para esses pagamentos, pois eles eram feitos pelo ex-prefeito de forma direta. O vereador Professor Waltene, disse que sua inquietação é como transformar um ato de generosidade do ex-prefeito, que não saiu dos cofres públicos, em um ato legal para o município. O vereador Raul da Serra disse que o secretário de finanças e o procurador solicitaram ao vereador essa indicação para legalizar esses repasses. Destacou também, junto com a vereadora Preta, após questionamento do vereador Deir, que o consumidor não pagava taxa relacionada a esse poço particular. O vereador Edson indagou se o dono do poço faz uso dele para atividades próprias também, preocupando-se se teria como desmembrar o que é de uso dele e o que é de uso da comunidade, para a prefeitura não pagar benefício para um terceiro. O vereador Waltene refletiu se não vai gerar um ônus para o consumidor e se a SISAR não vai se beneficiar. O vereador Raul disse que procurou outras soluções, mas que seriam mais onerosos. O vereador Julinho da Saúde disse que, segundo lhe passaram, o dono do poço fez um acordo para ajudar e em troca receberia a conta de energia paga, o que beneficiaria não só a comunidade, mas também ele próprio, o que o vereador acha justo. Com a nova gestão, segundo passaram ao vereador, o particular teria feito um



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE FARIAS BRITO**

acordo com a conta de energia, mas a nova gestão não efetuou o pagamento, que seria também para beneficiar os moradores. O vereador Raul falou que a indicação é para solucionar o problema, pois a gestão atual quer fazer de uma forma legalizada. O vereador Julinho disse que sua preocupação é com o povo da comunidade ficar sem água até a situação ser legalizada. O vereador Edson Ferreira lembrou que todo poço tem que ter uma outorga, pois toda água do subsolo pertence ao Estado. Portanto, se a comunidade está sendo beneficiada, mas um particular também está se beneficiando com o poço privado, ele vê improbidade administrativa. Então o que se busca agora é uma regularização de um procedimento que não tem base legal. Ele sugere o desmembramento da energia, pois não vê problema se a prefeitura não pagar pelo uso particular do proprietário. O vereador Raul disse que, até onde sabe, o particular possui três poços, mas um deles é disponibilizado para a comunidade através do acordo. O vereador Professor Waltene disse que se não houver tempo hábil para regularizar a situação, eles poderiam se reunir para ajudar a comunidade por enquanto, sendo importante que eles não ficassem sem água. O vereador Everton Calixto falou que concorda com a busca por soluções, mas disse que os vereadores precisam analisar se a SISAR não teria condições de fazer mais serviços para o município, se empresa não teria um lucro desproporcional aos gastos. Para isso, eles têm que ver os benefícios para cobrar depois. O vereador Chicão da Canabrava reforçou que a SISAR tem responsabilidade de cavar o posto, pois sua despesa é pouca. Após a discussão, a Indicação foi colocada em votação e foi aprovada por unanimidade. Em seguida, o secretário fez a leitura do requerimento 010/2021, de autoria do vereador Julinho da Saúde, que solicita construção de passagem molhada no Riacho que liga o Sítio Tabuleiro I com o Sítio Canto Alegre, destino Lagoa Seca, distrito Quincuncá. O vereador Julinho da Saúde disse que a passagem molhada é um anseio da comunidade e será de grande ajuda às comunidades citadas. O requerimento foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. Em seguida, o secretário fez a leitura da Indicação N° 007/2021, de autoria do vereador Cícero Porfírio, que cria o cargo de Secretário Escolar na rede municipal de ensino, no âmbito da Secretaria de Educação no Município de Farias Brito. O vereador Cícero Porfírio destacou que pessoas de outros cargos detêm essa função de secretário, sendo importante um projeto do executivo para ser incluído o cargo no plano de cargos e carreiras do



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE FARIAS BRITO**

município. Sua ideia de indicação foi após indicar uma gratificação para o cargo e descobrir que não havia o referido, não podendo ser atendido. O vereador Deir reiterou que é um projeto que diz respeito ao prefeito, opinando que acha que o cargo não deve ser efetivo, por ser um cargo de confiança. O vereador Cícero Porfírio disse que esse é um problema de vários municípios que não criaram o cargo, um cargo que deve haver no plano de cargo e carreiras. É uma forma de regularização, que não gera ônus. O vereador Edson concordou com o vereador Deir, por achar que o cargo de secretário deve ser de confiança, aproveitou o debate para propor a discussão de uma legislação própria sobre gestão escolar para trazer a discussão sobre o ato de nomeação trazido por vínculo de cargo comissionado. O vereador Professor Waltene aproveitou para destacar a importância do plano de cargos e carreiras da educação do município, um anseio da classe para melhorar a condição dos professores e outros profissionais da área. O vereador Julinho da Saúde achava que esse cargo já existia e parabenizou o vereador Cícero Porfírio pela indicação. O vereador Chicão da Canabrava disse que o projeto depende das condições da prefeitura, por mais que seja a favor da Indicação, inclusive parabenizou o vereador Cícero Porfírio por ela. A indicação foi colocada em votação e foi aprovada por unanimidade. Em seguida, o presidente reiterou que se preocupa com o retorno das sessões presenciais, mas lembrou que, segundo notícias, a situação da pandemia está ficando mais grave. Pediu cautela e, não havendo mais nada a tratar, declarou encerrada a sessão. Eu, Antônio Waltene F. De Alcântara, lavrei a presente ata, que será assinada pelos vereadores.

Plenário Luiz Pereira da Silva da Câmara Municipal de Farias Brito, Ceará,  
24 de fevereiro de 2021.